

IAOD do Deputado Chan Hao Weng em 19.05.2026

Encarar as situações caóticas na gestão da Administração Pública e as dificuldades de trabalho dos docentes da linha da frente

Hoje, vou concentrar as minhas opiniões em duas questões: primeira, a má distribuição dos recursos humanos na Administração Pública e a falta de gestão; segundo, a sobrecarga dos docentes da linha da frente. Embora aparentemente sejam diferentes estes dois assuntos, a sua origem reside na falta de uma gestão eficaz por parte dos superiores, na divisão de trabalho confusa e da ineficácia do mecanismo de responsabilização, o que afecta os trabalhos da linha da frente e os serviços prestados à população.

Primeiro, vou falar sobre as dificuldades dos funcionários públicos. O relatório do Comissariado de Auditoria refere a existência de problemas graves no âmbito da função pública, isto é, as pessoas em categorias superiores exercem funções de categorias inferiores, e os funcionários em efectividade de funções também assim a entendem. Verifica-se duas situações extremas: alguns funcionários de categoria superior tratam, ao longo dos anos, de documentos simples e de tarefas básicas, o que constitui um desperdício de recursos humanos e do erário público; os funcionários públicos de categorias média e baixa têm assumido tarefas de alto risco e grande pressão, tendo, assim, uma grande responsabilidade e um grande volume de trabalho, mas as categorias e regalias em nada correspondem às suas funções. Este problema não é do próprio pessoal, mas sim da omissão por parte das direcções e chefias que não tem feito um bom planeamento dos recursos humanos, uma boa distribuição dos trabalhos e a respectiva fiscalização, o que constitui uma violação às normas definidas na função pública e afecta o seu moral.

Ao mesmo tempo, os procedimentos administrativos complexos têm vindo a agravar o problema da governação em geral, pois os procedimentos administrativos são burocráticos, há várias fases de apreciação e autorização, e os procedimentos são repetitivos, levando a que a maior parte do tempo dos funcionários públicos seja desperdiçado em tarefas formais, e para se redigir uma proposta é como escrever uma tese, e depois já não resta energia para prestar serviços efectivos. É de salientar que o mecanismo de avaliação do pessoal de direcção e chefia não passa de uma mera formalidade, apenas é superficial, ignorando a eficácia e a reputação junto dos cidadãos, pois há falta de responsabilização e depois tudo acaba por pressionar o pessoal da linha da frente e os problemas nunca são resolvidos.

Apresento, então, as seguintes sugestões ao Governo: 1. Aferir a responsabilidade do pessoal de direcção e chefia, ou seja, efectuar alterações a partir do nível superior, não se devendo criticar o pessoal da linha da frente; 2. simplificar e eliminar os procedimentos desnecessários de autorização, para elevar a eficiência e facilitar a vida aos cidadãos; 3. Optimizar o mecanismo de avaliação do desempenho do pessoal de chefia. Colocar a gestão dos recursos humanos e a experiência dos cidadãos como indicadores-chave de responsabilização.

Voltando ao sector educativo, as dificuldades dos professores também vêm do desequilíbrio na gestão e do excesso de formalismo. Muitos professores do infantário, primário e secundário dizem que o trabalho está ao contrário: a missão principal de preparar aulas e ensinar é ocupada por tarefas administrativas e actividades inúteis, como participar em eventos do Governo e de associações, os professores têm de fazer número, seguir os procedimentos e escrever relatórios, cumprir tarefas de última hora com prazos irrazoáveis,

que levam a horas extraordinárias frequentes e perda do direito ao descanso, e parte da direcção das escolas ainda causa pressão, ignorando a carga física e mental dos professores.

A educação é a base da cidade, os professores são os alicerces. A pressão constante só vai arrastar a qualidade do ensino. Assim, instamos os Serviços de Educação a reforçar a supervisão: acabar com o formalismo nas escolas, devolver o tempo ao ensino; regular a gestão escolar, garantir o direito ao descanso dos professores; otimizar a distribuição de recursos humanos e aliviar a carga dos profissionais da linha da frente.

Por fim, quero dizer que, quanto às dificuldades dos funcionários públicos e dos professores, o problema não está na linha da frente, mas sim na gestão do superior: falta de rigor, acção e responsabilização. Peço ao Governo que ouça as vozes de todos, afira responsabilidades das chefias, corrija falhas, simplifique o fluxograma, alivie a carga da linha da frente e melhore a qualidade dos serviços públicos e da educação em Macau. Obrigado.